



100

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0322878-8**

**APELANTE:** Município de Goiana

**APELADO (A):** Jacione da Silva Farias

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL.

**1.** Rejeitou-se a arguição de decadência da via mandamental, ao entendimento de que o *dies a quo* do prazo decadencial é a efetiva ciência do ato impugnado. **2.** A presente controvérsia gira em torno da convocação realizada pelo Município apelante unicamente por meio de publicação no Diário Oficial, chamando os candidatos aprovados para apresentação da documentação e exames exigidos pelo edital do concurso, e, bem assim, para marcação do exame pré-admissional. **2.** A apelada se insurgiu contra dita convocação, realizada exclusivamente por meio da imprensa oficial, alegando que, como não foi classificada dentro do número de vagas previsto no edital, não seguiu acompanhando as publicações oficiais. **3.** No presente contexto fático-probatório, concluiu-se que a conjugação das normas editalícias conduz à necessidade de comunicação pessoal da convocação para posse, por meio de correspondência dirigida ao endereço cadastrado pelo candidato. **4.** Isso porque o edital, além de dispor que a publicação no Diário Oficial seria a fonte oficial para conhecimento dos candidatos acerca de convocações e intimações, previu também a necessidade de manutenção de endereço atualizado, sob pena de o candidato arcar com os prejuízos decorrentes da não-atualização. **5.** Ou seja, o fato de a publicação no Diário Oficial ser a fonte oficial, não exclui, *in casu*, a responsabilidade do Município em encaminhar correspondência ao endereço cadastrado pelo candidato, tal como exigido no item 11.8 do edital. Precedentes desta Câmara e do STJ. **6.** Reexame necessário improvido, prejudicado o voluntário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível de nº 0322878-8, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de julho de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0322878-8  
APELANTE: Município de Goiana  
APELADO (A): Jacione da Silva Farias  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Goiana, nos autos do Mandado de Segurança nº 0001828-26.2012.8.17.0660 (fls. 60/62), que concedeu a segurança pleiteada, determinando à autoridade impetrada que desse posse à impetrante no cargo para o qual foi aprovada em concurso público.

Registro que a liminar foi indeferida (fls. 30/30-v).

O apelo foi recebido apenas no efeito devolutivo. (fls. 76).

O **apelante** ofereceu as razões de fls. 67/72, sustentando que: (i) ocorreu a decadência da via mandamental, de vez que o *mandamus* foi impetrado após o esgotamento do prazo de 120 dias, contado da publicação do edital de convocação para posse no Diário Oficial; (ii) obedeceu aos termos do edital, que em seu item 10.1 dispõe que o diário oficial é o meio utilizado para tomada de conhecimento das informações e convocações; (iii) a publicação realizada no Diário Oficial de 06/01/2011 convocou para apresentação da documentação e marcação dos exames médicos pré-admissionais; (iv) o concurso foi homologado em 28/10/2010; (v) a apelada foi nomeada pelo 1º edital de convocação; (vi) a exclusão da apelada decorreu do descumprimento pela mesma dos termos do edital.

A **apelada** não ofereceu contra-razões (fls. 78).

A Procuradoria de Justiça opinou pela manutenção da sentença recorrida. (fls. 89/93).

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 02 de junho de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

102

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0322878-8  
APELANTE: Município de Goiana  
APELADO (A): Jacione da Silva Farias  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

O presente feito versa sobre o concurso público deflagrado pelo Município de Goiana, no ano de 2010, no qual a apelada restou aprovada na 129ª colocação para o cargo de professor de educação infantil e fundamental (fls. 28), para o qual foram previstas 79 vagas, das quais 03 eram reservadas aos portadores de necessidades especiais (fls. 17).

A controvérsia gira em torno da convocação realizada pelo Município, unicamente por meio da imprensa oficial (publicação no Diário Oficial do dia 06/01/2011), chamando os candidatos aprovados, dentre os quais a apelada, para apresentação, no período de 10 a 14 de janeiro de 2011, da documentação e exames exigidos pelo edital do concurso, e, bem assim, para marcação do exame pré-admissional. (fls. 27).

O apelante argui, de partida, a decadência da via mandamental, posto que a convocação para apresentação da documentação foi realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de 06/01/2011 e a apelada impetrou o presente *mandamus* apenas em 02/08/2012.

Tenho, todavia, que o *dies a quo* do prazo decadencial é o da efetiva ciência do ato impugnado, tendo em vista que a mera publicação do ato no Diário Oficial não atendeu aos ditames do edital de regência.

Nesse sentido se pronunciou o *Parquet* com atuação neste segundo grau de jurisdição:

Relativamente à decadência suscitada pelo impetrado, tenho que o *writ* foi manejado dentro do prazo legal. Com efeito, não se poderia exigir da impetrante, no caso de que se cuida, que acompanhasse diariamente a publicação no Diário Oficial do ato convocatório, de modo que o prazo de impetração somente se iniciou a partir do momento em que a impetrante teve conhecimento de que havia perdido o prazo para apresentar-se ao município a fim de ser nomeada e tomar posse no cargo público, sendo o remédio heróico devidamente utilizado dentro do prazo previsto em lei, pelo que a prejudicial de mérito deve ser afastada.

Rejeito, pois, a arguição de decadência da via mandamental.

Passando à análise de fundo, observo que a apelada se insurge contra dita convocação, realizada exclusivamente por meio da imprensa oficial, alegando que, como não foi classificada dentro do número de vagas previsto no edital, não seguiu acompanhando as publicações.

Pois bem.

Observo que o edital do certame em foco estabeleceu:



102

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**10. DA NOMEAÇÃO E ADMISSÃO**

10.1. A admissão dos candidatos dar-se-á através de nomeação pelo Prefeito do Município de Goiana, obedecida a ordem de classificação, mediante publicação no Diário Oficial, que será a fonte oficial para tomada de conhecimento dos candidatos das informações e convocações deste item.

10.1.1 Os candidatos, quando empossados, serão regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

10.2. O candidato nomeado deverá satisfazer os requisitos legais para a posse em cargo público municipal, inclusive ser declarado apto nos exames médicos admissionais, conforme legislação em vigor e normas estabelecidas neste Edital.

10.3. A posse fica condicionada à apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos no Anexo II (Requisitos Específicos) e no item 3. **DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA O PROVIMENTO/POSSE** deste Edital.

10.4. Os candidatos nomeados deverão, dentro do prazo legal, comparecer à **Secretaria Municipal de Administração e Gestão da Qualidade**, portando os documentos comprobatórios dos requisitos legais, a fim de serem encaminhados à **realização de exames médicos admissionais** por órgão indicado pela Prefeitura do Município de Goiana para tal finalidade.

10.4.1 Documentos de apresentação obrigatória na posse do candidato nomeado ao cargo:

- a) 01 (uma) foto 3x4 (três por quatro);
- b) Original e Cópia do CPF;
- c) Original e Cópia da Cédula de Identidade;
- d) Original e Cópia do Título de Eleitor com a comprovação de votação (1º e 2º Turnos);
- e) Original e Cópia do PIS/PASEP;
- f) Original e Cópia da Certidão de Nascimento e/ou Casamento;
- g) Original da Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;
- h) Original e Cópia do Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
- i) Original e Cópia do Comprovante de Residência em nome do candidato;
- j) Cópia autenticada do Histórico Escolar;
- l) Declaração de Bens, com firma reconhecida;
- m) Declaração de Cargos e/ou Empregos Públicos, com firma reconhecida, ou;
- n) Declaração de que não tem vínculo empregatício com órgão público, com firma reconhecida;

10.4.2 O candidato deverá providenciar, às suas expensas, os seguintes exames: Teste VDRL – Sífilis; Glicemia em jejum; Hemograma completo; Sumário de urina; e Parecer Cardiológico.

10.4.2.1 Os resultados dos exames serão apresentados na ocasião da realização do exame médico admissional.

10.5. A posse do candidato deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias da nomeação.

10.6. Será tornada sem efeito a nomeação dos candidatos que:

- a) não se apresentarem para posse no prazo estabelecido por Lei;
- b) não satisfizerem os requisitos legais, incluindo todas as normas estabelecidas no Edital.

**11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

(...)

11.8. O candidato deverá manter atualizado o seu endereço na entidade executora, enquanto estiver participando do Concurso, até 48h da divulgação do resultado final. Após tal período, deverá fazê-lo diretamente junto ao Município. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço. Destaquei.



103

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

No presente contexto fático-probatório, tenho que a conjugação das normas editais acima postas conduzem à necessidade de comunicação pessoal da convocação para posse, por meio de correspondência dirigida ao endereço cadastrado pelo candidato.

Isso porque o edital, além de dispor que a publicação no Diário Oficial seria a fonte oficial para conhecimento dos candidatos acerca de convocações e intimações, previu também a necessidade de manutenção de endereço atualizado, sob pena de o candidato arcar com os prejuízos decorrentes da não-atualização.

Ou seja, o fato de a publicação no Diário Oficial ser a fonte oficial, não exclui, *in casu*, a responsabilidade do Município de encaminhar correspondência ao endereço cadastrado pelo candidato, tal como exigido no item 11.8 acima transcrito.

Colaciono, no ponto, o seguinte aresto desta Câmara, em **caso idêntico** ao presente:

**EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL. 1. A presente controvérsia gira em torno da convocação realizada pelo Município apelante unicamente por meio de publicação no Diário Oficial, chamando os candidatos aprovados para apresentação da documentação e exames exigidos pelo edital do concurso, e, bem assim, para marcação do exame pré-admissional. (fls. 59). 2. A apelada se insurgiu contra dita convocação, realizada exclusivamente por meio da imprensa oficial, alegando que, como não foi classificada dentro do número de vagas previsto no edital, não seguiu acompanhando as publicações oficiais. 3. No presente contexto fático-probatório, concluiu-se que a conjugação das normas editais conduzem à necessidade de comunicação pessoal da convocação para posse, por meio de correspondência dirigida ao endereço cadastrado pelo candidato. 4. Isso porque o edital, além de dispor que a publicação no Diário Oficial seria a fonte oficial para conhecimento dos candidatos acerca de convocações e intimações, previu também a necessidade de manutenção de endereço atualizado, sob pena de o candidato arcar com os prejuízos decorrentes da não-atualização. 5. Ou seja, o fato de a publicação no Diário Oficial ser a fonte oficial, não exclui, *in casu*, a responsabilidade do Município em encaminhar correspondência ao endereço cadastrado pelo candidato, tal como exigido no item 11.8 acima transcrito. 6. Reexame necessário improvido, prejudicado o voluntário. (Ap 0267075-7, julgamento: 06/09/2012).**

Nesse mesmo sentido também já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CONVOCAÇÃO SOMENTE POR PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. EDITAL QUE EXIGIA MANUTENÇÃO DE ENDEREÇO ATUALIZADO. PREVISÃO IMPLÍCITA DE COMUNICAÇÃO PESSOAL. APROVAÇÃO CONSIDERAVELMENTE FORA DO NÚMERO DE VAGAS. NOMEAÇÃO EM PRAZO CURTO. 1. O Edital do certame SARH 01/2010 para o cargo de Assessor Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, no "Capítulo VII - Do Provimento dos cargos", estabeleceu: "7.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. 7.3. A publicação da nomeação dos candidatos será feita por Edital, publicado junto ao Diário oficial do Estado. É responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço". 2. Pela leitura do referido trecho do edital, verifica-se que há a previsão expressa de que o candidato deve manter atualizado o seu telefone e endereço, o que demonstra, ainda que implicitamente, o intuito da Administração entrar em contato direto com o candidato aprovado no momento de sua nomeação. 3. A candidata, ora recorrida, foi**



109

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

aprovada (92ª posição) fora do número de vagas previstas no edital (10 vagas), não havendo como prever se teria a real condição de ser nomeada e convocada para a posse, muito mais na primeira convocação. 4. Caracteriza violação ao princípio da razoabilidade e da publicidade a convocação para posse no cargo público, mediante a publicação do chamamento apenas em Diário Oficial, quando o candidato aprovado consideravelmente fora do número de vagas for nomeado em curto espaço de tempo entre a homologação final do certame (2.7.2010) e a publicação da nomeação (7.10.2010), uma vez que foram previstas poucas vagas e não seria possível construir uma expectativa evidente de nomeação em prazo tão curto. Precedente proferido em caso análogo: AgRg no RMS 35494/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2012, DJe 26/03/2012. 5. Há o direito líquido e certo da candidata ser convocada, devendo tomar posse após o preenchimento de todos os requisitos previstos no edital do certame. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no RMS 37.227/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 12/12/2012). Destaquei.

Por essas razões, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o voluntário, em ordem a manter a sentença recorrida.

É como voto.

Recife, 18 de julho de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator